





Águas de Nova Friburgo Ltda.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendida ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Concessionária ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados a Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. 3.21. Reapresentação para correção de erros: A Concessionária registrou sua provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa referente a exercícios anteriores em valores superiores ao efetivamente adequadamente. Em dezembro de 2021, a Concessionária contabilizou a reversão de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, impactando o valor das contas a receber de clientes em contrapartida de reserva de retenção de lucros. Como consequência, os valores auditados destas contas em 31 de dezembro de 2020 estão sendo reapresentados nestas demonstrações contábeis, sendo o ajuste de R\$ 5.997 para Águas de Nova Friburgo Ltda. 3.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Concessionária e suas investidas pretendem adotar tais normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 17 – Contratos de seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante e não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. 4. Julgamentos, estimativas e promissas contábeis significativas: Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e promissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A incerteza relativa a essas estimativas e promissas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e promissas contábeis: As principais promissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir. Vida útil dos ativos imobilizados, intangíveis e ativos de contrato: A vida útil classificada no ativo imobilizado, intangível e ativo de contrato reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Concessionária. Anualmente, a Concessionária revisa a vida útil desses ativos. Provisões para contingências: A Concessionária reconhece provisões para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber: A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: i) Contas vencidas há mais de seis meses; Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R\$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R\$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. ii) Contas vencidas há mais de um ano: Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R\$5 até R\$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R\$15 até R\$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como perdas, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. iii) Perdas gerenciais: São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social, as notas fiscais com: • Valores até R\$ 5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; • Valores até R\$ 15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; • Valores maiores que R\$ 5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; • Valores maiores que R\$ 15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; • Valores maiores que R\$ 30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; • Valores maiores que R\$ 100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. 5. Gestão de risco financeiro: 5.1 - Fatores de risco financeiro: Considerações gerais: A Concessionária participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os instrumentos financeiros operados pela Concessionária têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro, que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da empresa, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente negociados na Concessionária. A Concessionária mantém caixa e equivalentes de caixa de R\$99.917 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 42.417 em 31 de dezembro de 2020), conforme Nota Explicativa nº 6. 5.2 - Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Concluído com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumarizados:

Table with financial data including columns for 31/12/2021 and 31/12/2020, covering items like Estoques, Tributos a recuperar, Ativo de direito de uso, Imobilizado, Intangível e ativo de contrato, and various balance sheet items.

Table with financial data including columns for 31/12/2021 and 31/12/2020, covering items like Derivativo, Obrigações tributárias, Provisões perdas de crédito esperadas para contas a receber, Imposto de renda e contribuição social, and Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.



## Águas de Nova Friburgo Ltda.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

perdas e danos a deram causa, reembolsando ao erário público os valores despendidos com a realização da concorrência. Proferidas sentenças declarando a ocorrência da prescrição da pretensão autoral, reformadas por acórdão. Atualmente, aguarda-se virtualização para retomada do julgamento de mérito em 1ª instância. **Ação civil pública:** Há, ainda, ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual em face da Águas de Nova Friburgo Ltda. requerendo a tutela antecipada para que a Concessionária se abstenha de cobrar tarifa de esgoto de toda a população de Nova Friburgo, sob pena de multa e, no mérito alega que haveria lançamento de esgoto "in natura" no rio local, o que consistiria em infração às normas de Direito Ambiental. A Concessionária apresentou a peça de bloqueio impugnando formal e diretamente todos os pedidos do MP. Foi realizada prova pericial, a qual foi favorável a empresa ao constatar a existência de rede coletora e apontar investimentos e gastos com a operação e manutenção dessas redes.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>21. Partes relacionadas</b>		
<b>Ativo circulante:</b>		
Créditos com partes relacionadas (a)		(reapresentado)
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	73	34
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>73</b>	<b>34</b>
<b>Passivo circulante:</b>		
Obrigações com sócios (b)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	4.172	20.521
Débitos com partes relacionadas (a)		
Águas do Imperador S.A.	-	2
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	619	466
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>4.791</b>	<b>20.989</b>
<b>Resultado com partes relacionadas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Despesas</b>		
Contrato de gestão - <i>Management Fee</i> (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(5.317)	(4.614)

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições consideradas pela Administração da Concessionária como compatíveis com as de mercado, levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações. (a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de mercadorias ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Os valores correspondem à distribuição de lucros a pagar aos sócios. A seguir demonstramos as remunerações dos administradores, considerando a participação na Unidade de Administração Central:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	(reapresentado)	
Remunerações	241	52
Encargos sociais	85	14
Plano de saúde	6	3
Plano de previdência privada	2	2
Outros	4	1
<b>Total</b>	<b>338</b>	<b>72</b>

**22. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social realizado é de R\$ 44.000 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 44.000 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de quotas, no valor de um real cada uma.

	31/12/2021	31/12/2020
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	44.000.000	100
b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social		44.000.000

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
Aos Conselheiros, Administradores e quotista da Águas de Nova Friburgo Ltda. Nova Friburgo - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Águas de Nova Friburgo Ltda. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da reversão de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa descritos na nota 3.21, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 23 de março de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3.21 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis

nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva para investimentos:** A Concessionária constitui reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. **d) Dividendos:** Os quotistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 20 de dezembro de 2021 foram distribuídos dividendos no total de R\$ 36.800, sendo R\$ 17.521 amortizando o saldo de dividendos a pagar e R\$ 19.279 mediante reversão de reserva de retenção de lucros. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
	(reapresentado)	
Lucro líquido	17.568	11.862
Constituição da reserva legal - 5%	(878)	(593)
Base de cálculo dos dividendos	16.690	11.269
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	4.172	2.817
e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76. <b>23. Receita líquida:</b> A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida é composta como segue:		
	31/12/2021	31/12/2020
	(reapresentado)	
Receita de prestação de serviços	113.160	102.518
Receita de construção	22.045	11.636
Cancelamentos	(379)	(488)
Receita Bruta	134.826	113.666
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(10.382)	(9.408)
Descontos concedidos	(541)	(322)
<b>Receita líquida</b>	<b>123.903</b>	<b>103.936</b>

**24. Custos dos serviços prestados:** São compostos como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
	(reapresentado)	
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(1.089)	(1.030)
Onus da concessão	(2.571)	(2.301)
Obrigações contratuais com poder concedente	(774)	-
Energia elétrica	(9.119)	(8.691)
Custo de construção	(22.045)	(11.636)
Materiais aplicados nos serviços	(4.993)	(4.106)
Salários e benefícios a empregados	(14.892)	(13.747)
Utilização de imóveis e telefonia	(148)	(198)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(2.806)	(2.657)
Serviços de terceiros	(3.087)	(3.583)
Depreciações e amortizações	(9.334)	(6.084)
Outros	(213)	(620)
	(71.071)	(54.653)

**25. Despesas gerais e administrativas:** São compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
	(reapresentado)	
Provisão perdas de crédito esperadas para contas a receber	(655)	(3.189)
Salários e benefícios a empregados	(8.576)	(7.270)
Utilização de imóveis e telefonia	(681)	(760)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(467)	(506)
Serviços de terceiros	(9.456)	(8.443)
Despesas com contencioso	(842)	(817)

de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Concessionária referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2020 tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

Impostos, encargos, taxas e contribuições	(65)	(69)
Depreciações e amortizações	(649)	(1.075)
Provisões (reversões) para contingências	2.140	445
Outras	(1.404)	(5.813)
	(20.655)	(27.506)

**26. Receitas (despesas) financeiras:** São compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
	(reapresentado)	
Receitas financeiras:		
Juros com aplicações financeiras	1.994	962
Juros e multas vinculadas à operação	2.410	990
Ganhos com operações de swap	319	447
Ganhos com derivativos	35	167
Outras	121	-
<b>Total</b>	<b>4.879</b>	<b>2.566</b>
Despesas financeiras:		
Juros com empréstimos e financiamentos	(8.742)	(5.267)
Juros capitalizados	983	832
Juros sobre arrendamentos	(61)	(139)
Reversão de juros sobre arrendamentos	-	405
Varição monetária sobre contingências	(509)	-
Varição monetária sobre outros passivos	(853)	-
Tributos sobre operações financeiras	(246)	(126)
Descontos concedidos	(390)	(408)
Perdas com derivativos	(612)	(292)
Outras	(346)	(450)
<b>Total</b>	<b>(10.776)</b>	<b>(5.445)</b>

**27. Seguros:** O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil geral	17/01/2022 a 17/01/2023	10.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2021 a 31/12/2022	82.103
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/09/2021 a 27/09/2022	50.000
Riscos operacionais	17/01/2022 a 17/01/2023	65.000
Riscos ambientais	22/12/2021 a 22/12/2022	5.000
Garantia de concessão	24/01/2022 a 24/01/2023	2.532
Seguro de veículos	17/10/2021 a 17/10/2022	345
Garantia judicial	2020 a 2026	2.440

**28. Eventos subsequentes:** Em 24 de janeiro de 2022 a Concessionária emitiu 50.000 Notas Comerciais, em série única, no valor nominal de R\$ 1, perfazendo o total de R\$ 50.000, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora. As Notas Comerciais terão prazo de vencimento de cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 24 de janeiro de 2027. Sobre as Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de spread de 2,16% a.a. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2022. O valor nominal unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente. Os recursos captados serão destinados à recomposição do capital de giro da Concessionária.

**Danielle Silva de Souza Moreira** - Diretor  
**Márcio Salles Gomes** - Diretor

**Gabriela Ferreira Nunes Alves** - Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 - CPF: 080.376.027-29

bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2022.  
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6  
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O-4